

## FREGE: O SENTIDO DOS NOMES PRÓPRIOS

*Prof. Valdetonio Pereira de Alencar\**

**Resumo:** Apesar de Frege definir “sentido” como o modo pelo qual o objeto se apresenta, uma expressão lingüística pode expressar um sentido, mesmo não possuindo referência. A relação linguagem-mundo seria de mera arbitrariedade, caso expressões lingüísticas não expressassem um sentido por meio do qual se alcança a referência. Frege enfatiza o papel do sentido como identificador da referência.

**Palavras-chave:** Sentido; Referência; Expressão lingüística; Relação linguagem-mundo.

**Abstract:** In spite of Frege defining “meaning” as the way by that the object presents itself, a linguistic expression can express a “meaning” even if doesn’t have reference. The relation language-world would be of mere arbitrariness, in case linguistic expressions didn’t express a meaning by means of that someone reaches the reference. Frege emphasizes the part of the reference.

**Keywords:** Meaning; Reference; Linguistic expression; Relation language-world.

Em seu artigo “*Über Sinn und Bedeutung*” (SB), Frege desenvolve sua clássica distinção entre sentido e referência para termos singulares<sup>1</sup>, isto é, indexicais, nomes próprios (NPs), descrições definidas (DDs) e, para Frege, também sentenças assertivas<sup>2</sup>. Um termo singular exprime seu sentido e designa sua referência (FREGE 1892a: 66-67). A introdução do sentido originou-se como uma tentativa de resolução de um problema epistêmico: o problema da informatividade de certas sentenças de identidade. Se “a Estrela da manhã” possui a mesma referência que “a Estrela da tarde”, então o conhecimento expresso pelas seguintes sentenças deveria ser o mesmo:

---

<sup>1</sup> Frege chama os termos singulares de “nomes próprios”, mas irei manter uma nomenclatura mais generalizada na literatura.

<sup>2</sup> “Toda sentença assertiva, em face à referência de suas palavras, deve ser, por conseguinte, considerada como um nome próprio [i. e., termos singulares], e sua referência, se tiver uma, é ou o verdadeiro ou o falso” (FREGE, 1892a:69). Tendo-se: 1) a referência de uma sentença assertiva é um objeto e 2) Frege diz que uma expressão lingüística que designa um objeto é um termo singular (1982b:94 n.2), então sentenças assertivas são termos singulares.

- (1) A Estrela da manhã é a Estrela da manhã.
- (2) A Estrela da manhã é a Estrela da tarde.

Contudo, enquanto (1) é trivial, pois é uma mera consequência da lei de identidade, (2) constitui uma ampliação valiosa do nosso conhecimento. Em *Begriffsschrift* (§8), Frege propõe que a relação de identidade é uma relação entre os nomes dos objetos. Assim, apresenta-se de forma diferente o mesmo objeto, ora como “a Estrela da manhã”, ora como “a Estrela da tarde”. Em SB, Frege critica essa solução por implicar que a verdade de (2) estaria fundada em uma convenção lingüística. (2), porém, não parece constituir uma informação sobre linguagem já que não é dedutível a partir de uma regra lingüística. O estabelecimento da verdade de (2) ocorre por meio de descobertas empíricas. Assim, “sentido” é introduzido inicialmente para explicar a diferença epistêmica entre (1) e (2). Apesar de “a Estrela da manhã” possuir a mesma referência de “a Estrela da tarde”, essas expressões lingüísticas designam o planeta Vênus exprimindo diferentes sentidos, isto é, Vênus apresenta-se de duas maneiras distintas: ora como o corpo celeste observado ao amanhecer, ora como o corpo celeste observado ao entardecer. Não se sabia originalmente, contudo, que a Estrela da manhã era a Estrela da tarde, nem que esse corpo celeste era, na verdade, o planeta Vênus. Todas essas constatações são descobertas empíricas, cujas verdades não são justificáveis, independentemente da experiência<sup>3</sup>.

Apesar de Frege definir “sentido” como o modo pelo qual o objeto se apresenta, uma expressão lingüística pode expressar um sentido mesmo não possuindo referência<sup>4</sup>. Ele, contudo, considera isso um defeito das linguagens naturais, o qual não teria lugar em uma linguagem logicamente perfeita (FREGE, 1892a:76).

Outra motivação para Frege introduzir o sentido é de origem também epistêmica. A relação linguagem-mundo seria de mera arbitrariedade caso expressões lingüísticas não expressassem um sentido por meio do qual se alcança a referência<sup>5</sup>. Frege enfatiza o papel do

---

<sup>3</sup> “É, pois, plausível pensar que exista, unido a um sinal (nome, combinação de palavras, letra), além daquilo por ele designado, que pode ser chamado de sua referência, ainda o que eu gostaria de chamar de o sentido do sinal, onde está contido o modo pelo qual o objeto se apresenta” (FREGE, 1892a:62).

<sup>4</sup> “...há partes de sentenças que possuem sentido, mas que não têm referência” (FREGE, 1892a:68).

<sup>5</sup> “O nome próprio [i.e., termo singular] deve ter pelo menos um sentido (na acepção em que uso esta palavra), senão ele seria uma seqüência vazia de sons, ilegitimamente chamada

sentido como identificador da referência. Sem a introdução do sentido a relação nome-objeto apresentar-se-ia simplesmente misteriosa. Como a referência de um termo singular é um objeto, então o sentido desse tipo de expressão parece ser determinado, isto é, deve relacionar-se apenas com o objeto em questão e nenhum outro. Um exemplo claro disso são as DDs. O sentido de “o menor número primo” apresenta o objeto que satisfaz essa DD através de uma propriedade identificadora. No que concerne aos NPs e aos indexicais, que não se referem por meio de propriedades identificadoras (pelo menos de forma explícita), determinar qual é o seu sentido não é tão evidente quanto no caso das DDs, mas esse é outro problema e será tratado posteriormente.

Em SB, Frege apresenta outro problema, de natureza lógica, que motiva a introdução da distinção entre sentido e referência. Trata-se da validade do princípio de substituição *salva veritate*, segundo o qual duas expressões lingüísticas co-referenciais podem ser substituídas uma pela outra em todas as sentenças (pelo menos em contextos extensionais) nas quais ocorrem sem alteração no valor de verdade das mesmas. Tome-se:

- (3) A Estrela da manhã é um planeta.
- (4) A Estrela da tarde é um planeta.

Dado que a sentença (3) é verdadeira e que (2) é uma sentença verdadeira, segue-se que (4) também é verdadeira.

O princípio de substituição *salva veritate* caracteriza contextos extensionais (como (3) e (4)), nos quais o valor de verdade de uma sentença é determinado pela referência de suas partes componentes. O mesmo não ocorre, pelo menos à primeira vista, para contextos não extensionais. Contexto de crença constitui um exemplo clássico:

- (5) João acredita que a Estrela da manhã é um planeta.
- (6) João acredita que a Estrela da tarde é um planeta.

Mesmo (5) sendo verdadeira e tendo-se que (2) é uma sentença verdadeira, não se segue que (6) seja verdadeira, pois João pode não saber que a sentença (2) seja verdadeira. Isso é um problema, pois a substituição de termos co-referenciais deveria preservar a verdade. Alguém poderia dizer que o princípio de substituição *salva veritate* é

---

de nome. Para o uso científico, porém, deve-se exigir que também tenha uma referência, que designe ou nomeie um objeto. Assim, o nome próprio [i.e., termo singular] se relaciona, mediante o sentido, e só mediante este com o objeto” (FREGE, 1895:116).

válido apenas para contextos extensionais, a existência de contra-exemplos em outros contextos não invalida a sua correção em contexto extensional. Tal postura é defensável, mas não explica o porquê desse clássico princípio falhar. Sem dúvida, uma teoria que explicasse ou evitasse contra-exemplos ao princípio de substituição *salva veritate* seria um passo adiante. Frege evita os contra-exemplos introduzindo a noção de sentido combinada com a distinção entre referência costumeira e referência indireta<sup>6</sup>. Em contextos oblíquos, a referência é indireta. Em (5) e (6), “a Estrela da manhã” e “a Estrela da tarde” possuem uma referência indireta, que é seu sentido costumeiro. O sentido de “a Estrela da manhã” é o corpo celeste observado ao amanhecer e o de “a Estrela da Tarde” é o corpo celeste observado ao entardecer<sup>7</sup>. Temos, pois, dois modos diferentes pelo qual o planeta Vênus se apresenta, isto é, temos dois sentidos distintos. Como em (5) e (6) temos um contexto oblíquo, “a Estrela da manhã” não é co-referencial com “a Estrela da tarde”. Nesse contexto, a referência desses termos singulares são seus sentidos costumeiros, que são distintos. Isso explica porque a verdade de (6) não é preservada, dada a verdade de (5) e a verdade da sentença “A Estrela da manhã é a Estrela da tarde”. O princípio de substituição *salva veritate*, portanto, não é ferido, o que é possível através da introdução do sentido de expressões lingüísticas.

Em SB, Frege desenvolve a sua distinção entre sentido e referência através da resolução dos problemas acima levantados. No mesmo artigo, ele enfatiza também a distinção entre sentido e representações, talvez porque um leitor poderia pensar que sentido constituísse uma entidade mental. Em contraposição às representações, que são subjetivas, o sentido é objetivo. Algo é “objetivo” se independe do nosso sentir, intuir e representar (FREGE, 1884:§26). O sentido de uma expressão lingüística não é criado, mas captado através da linguagem. Sentidos são, pois, entidades que independem ontologicamente da linguagem para existirem. Frege admite, assim, além das idéias mentais e do mundo empírico, um terceiro domínio<sup>8</sup>. Em SB, ele define pensamento como

---

<sup>6</sup> “De modo mais sucinto, diremos que no discurso indireto [contextos de crença, por exemplo] as palavras são usadas *indiretamente*, ou têm sua referência *indireta*. Em consequência, distinguimos a referência *costumeira* de uma palavra de sua referência *indireta*, e seu sentido *costumeiro*, de seu sentido *indireto*. A referência indireta de uma palavra é, pois, seu sentido costumeiro” (FREGE, 1892a:64).

<sup>7</sup> Pressupõe-se que exista um único corpo celeste observado ao amanhecer e ao entardecer.

<sup>8</sup> “O que este contém coincide com as idéias, por não poder ser percebido pelos sentidos, e também com as coisas, por não necessitar de um portador a cujo conteúdo de consciência pertenceria. Assim, por exemplo, o pensamento que expressamos no teorema de Pitágoras é

sentido de uma sentença, tendo referência (seu valor de verdade) ou não (FREGE, 1892a: 67-8). Em “Der Gedanke” (GE), ele apresenta a caracterização mais determinada de pensamento<sup>9</sup>. Assim, apenas sentenças que possuem um valor de verdade determinado expressam um pensamento. Quando se afirma que pensamentos constituem um terceiro domínio, deve-se ter em mente o sentido de “pensamento” em GE já que a insistência de Frege está justamente na objetividade do valor de verdade dos pensamentos. Para ele, existem dois valores de verdade: o verdadeiro e o falso, o que caracteriza a bivalência. Dado um pensamento qualquer, ou bem ele é verdadeiro ou é falso. O valor de verdade de um pensamento é objetivo. A verdade de uma proposição *p* não se deriva de seu descobrimento, mas sua verdade independe de nosso conhecimento. Se a verdade de *p* fosse subjetiva, então o valor de verdade de *p* não seria determinado. Isso contrariaria a pressuposição da bivalência. Assim, se aceitamos o princípio de bivalência e que os termos da nossa linguagem expressam um sentido, então temos que aceitar a objetividade dos pensamentos.

Um pensamento expresso por uma sentença é composto pelos sentidos de suas partes constituintes (PW, 1979: 275). Por conseguinte, o sentido das partes constituintes é objetivo, caso contrário o sentido da sentença em questão não seria objetivo. Como uma sentença tem como termos sub-sentenciais termos singulares e termos predicativos, o sentido desses é objetivo.

Dado que pensamentos são entidades objetivas e que o mundo é dividido em conceito e objeto, pergunta-se: pensamentos são conceitos ou objetos?<sup>10</sup> Ora, segundo a regra de que o artigo definido indica sempre um nome próprio<sup>11</sup> (no sentido fregeano), pensamentos seriam objetos. Contudo, no parágrafo §2 de *As leis fundamentais da aritmética*, Frege lista números, valores de verdade e cursos de valores como objetos, mas não pensamentos (embora nessa lista não esteja explícito se Frege pretende

---

intemporalmente verdadeiro, verdadeiro independentemente do fato de que alguém o considere verdadeiro ou não. Ele não requer nenhum portador. Ele é verdadeiro não a partir do momento de sua descoberta, mas como um planeta que já se encontrava em interação com outros planetas antes mesmo de ter sido visto por alguém” (FREGE, 1918:25).

<sup>9</sup> “...chamo de pensamento a algo sobre o qual se pode perguntar pela verdade. Conto entre os pensamentos tanto o que é falso, quanto o que é verdadeiro. Conseqüentemente, posso dizer: o pensamento é o sentido de uma sentença, sem querer com isto afirmar que o sentido de toda sentença seja um pensamento” (FREGE, 1918: 13).

<sup>10</sup> “Quando se quer falar do sentido de uma expressão “A”, pode-se fazê-lo simplesmente através da locução “o sentido da expressão ‘A’” (FREGE, 1892a:64)

<sup>11</sup> *Fundamentos da Aritmética* §51.

enumerar todos os tipos de objetos). Em outros textos, Frege defende que o sentido de um NP designa um objeto e o sentido de um termo conceitual designa um conceito (FREGE, 1979:192). Várias interpretações são, assim, plausíveis<sup>12</sup>.

Entre os termos singulares, as DDs parecem melhor se encaixar nessa concepção de sentido como propriedade. Quando se enuncia: “O autor da *‘Metafísica’* é grego”, a DD “o autor da *‘Metafísica’*” refere-se a Aristóteles de uma determinada forma: ele é o autor da *‘Metafísica’*. Esse é o sentido daquela DD. Com relação aos NPs, seu sentido é, a princípio, obscuro já que essas expressões lingüísticas não contêm predicados descritivos. Tendo-se esse fato, questiona-se: qual o sentido dos NPs (se eles possuírem algum!)? Frege possui duas caracterizações de sentido, que apesar de serem co-extensionais, são intensionalmente distintas. O primeiro sentido de “sentido” encontra-se em SB. Nesse texto, “sentido” é basicamente o modo como o objeto se apresenta, é capacidade descritiva. O sentido de uma expressão lingüística qualquer é dado pela maneira como descreve o seu portador (e como o portador se apresenta). A segunda caracterização de sentido encontra-se em GE. Os pensamentos são os portadores de um valor de verdade. Na medida em que o pensamento é determinado pelo sentido de suas partes componentes, o valor de verdade de um pensamento é determinado pelo sentidos de sua expressões sub-sentenciais. Sentido (em GE) é a contribuição de uma expressão lingüística qualquer para o valor de verdade da sentença na qual ocorre.

Concentremo-nos, por enquanto, na concepção de sentido dos NPs de Frege. Os exemplos clássicos de Frege “a Estrela da manhã” e “a Estrela da tarde” possuem um caráter híbrido entre NP e DD (a Estrela da manhã brilha pela manhã, mas não é uma estrela). Por isso, não nos ajudam no problema dos NPs. Um NP como “Aristóteles” designa seu portador sem que nada no próprio signo indique como o objeto é apresentado. Uma pessoa pode chamar-se “Oliveira” e mesmo assim ela não é uma oliveira (o que é óbvio). Assim, qual seria o sentido dos NPs? Por não ter o conteúdo descritivo explícito como as DDs, o mais intuitivo seria dizer que o sentido dos NPs é o seu portador. Essa solução,

---

<sup>12</sup> Em SB, Frege diz: “Para um conhecimento total da referência, exigir-se-ia que fôssemos capazes de dizer, imediatamente, se um dado sentido pertence ou não a essa referência. Isso, porém, nunca conseguiremos” (FREGE, 18922a:64). Tendo-se um conceito intuitivo de conhecer algo, segundo o qual, temos um conhecimento total de uma coisa quando conhecemos todas as suas propriedades, o sentido fregeano seria uma propriedade (CHATEAUBRIAND, 2001).

contudo, origina alguns problemas. Um deles, muito enfatizado por Frege, é o problema das sentenças de identidade informativas. Se a sentença “Everest é Chomolungna.” é verdadeira e se o sentido de um NP é o seu portador, então a sentença acima expressaria simplesmente a identidade de um objeto consigo mesmo. Contudo, a identidade acima revela implicitamente que um mesmo objeto possui dois modos de apresentação, isto é, a montanha em questão é apresentada de duas formas distintas, dois sentidos. A sentença acima expressa, pois, um conhecimento valioso sobre o mundo. Frege argumenta que muitas vezes sentenças de identidade verdadeiras entre NPs diferentes expressam um pensamento, cuja verdade não é inferível do princípio de identidade<sup>13</sup>. A idéia de Frege é a seguinte: quando se atribui um NP a um objeto, esse se apresenta de uma dada maneira. Assim, quando o viajante nomeia uma certa montanha de “Alfa”, o portador desse NP apresenta-se como a montanha coberta de neve localizada ao norte em relação à localização do explorador, sendo esse o sentido de “Alfa” que o explorador associa. Da mesma forma, o sentido de “Beta” expressa o sentido da DD “a montanha coberta de neve localizada ao sul em relação ao lugar onde um certo explorador encontra-se”. Afirmar, pois, que “Alfa é Beta” expressa um conhecimento geográfico, ao contrário de “Alfa é Alfa”, que é uma consequência da lei de identidade, se Alfa existir.

A contribuição para o pensamento de uma sentença dada por um NP é, portanto, descritivo, pois o sentido de um NP é dado pelo sentido de uma DD, ainda que esse sentido seja associado por um falante no seu uso ordinário dos NPs. A noção de “associação” não é clara na passagem acima. Em SB, Frege a introduz, quando trata do significado dos NPs<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> “Tomemos um explorador viajando por um território desconhecido, ele observa uma enorme montanha de neve ao horizonte norte. Ele aprende com os nativos que o nome dessa montanha é “Alfa”. O explorador observa a montanha por diversas posições, determina sua posição tão exata quanto possível em seu mapa, e escreve em seu diário: “Alfa possui no mínimo 5000 metros de altura”. Outro explorador observa uma montanha de neve no horizonte sul e aprende que seu nome é “Beta”. Ele a anota em seu mapa. Posterior comparação mostra que ambos os exploradores observaram a mesma montanha. Ora, o conteúdo da sentença “Beta é Alfa” está longe de constituir uma mera consequência do princípio de identidade, mas constitui um conhecimento geográfico valioso” (FREGE, 1973:128).

<sup>14</sup> “No caso de um nome próprio genuíno como “Aristóteles”, as opiniões quanto ao seu sentido podem divergir. Poder-se-ia, por exemplo, tomar como seu sentido o seguinte: o discípulo de Platão e o mestre de Alexandre Magno. Quem fizer isto associará outro sentido à sentença “Aristóteles nasceu em Estagira” do que alguém que tomar como sentido daquele nome: o mestre de Alexandre Magno, que nasceu em Estagira. Enquanto a referência permanecer a mesma, tais variações de sentido podem ser toleradas, ainda que

Talvez alguém pudesse duvidar que a objetividade do sentido fregeano fosse compatível com a flutuação do sentido no caso dos NP's, o que não ocorre, pois em cada associação o sentido captado é objetivo, não se tornando subjetivo porque o objeto apresenta-se de diferentes maneiras. Apesar disso, Frege não via com bons olhos essa variação, tanto que em uma linguagem logicamente perfeita cada NP expressaria um único sentido. Mesmo em uma linguagem logicamente perfeita, algumas questões podem ser levantadas em torno da caracterização fregeana de sentido dos NPs.

### **2.11 Problemas e Sinn**

O primeiro problema diz respeito à associação. Mesmo que a fluidez do sentido dos NPs tenha sido eliminada de uma linguagem logicamente perfeita, permanece que a associação constitui um elemento necessário para que um NP expresse um sentido. Por um lado, temos que DDs expressam um sentido, isto é, um objeto qualquer se apresenta de uma dada forma. Por outro lado, expressões como NPs expressam um sentido devido a um falante associar a eles o sentido de DDs. Poder-se-ia, contudo, afirmar que essa associação também é eliminada, mas, assim, permaneceria misterioso como um NP expressa o sentido de uma DD. Em GE, Frege corrobora a necessidade da associação para que NPs signifiquem, admitindo assim, que NP's possuem uma certa fluidez de sentido<sup>15</sup>. O sentido das sentenças nas quais NPs ocorrem será fluido, pois o sentido dessas expressões lingüísticas depende de falante para falante. Tome-se, por exemplo:

#### **(7) Aristóteles é grego.**

O sentido expresso por (7) variará de falante para falante, pois o seu sentido depende do sentido das suas partes semanticamente relevantes e o sentido expressado por "Aristóteles" depende do conteúdo descritivo associado por um falante, por isso não é fixo.

Uma forma de evitar que o comportamento semântico entre NPs e DDs fosse distinto seria admitir que a associação também constituiria um elemento necessário para que uma DD expresse um sentido. Em SB, a introdução do sentido ocorre primeiramente por um motivo epistêmico.

---

elas devam ser evitadas na estrutura teórica de uma ciência demonstrativa, e não devem ter lugar numa linguagem perfeita" (FREGE, 1978: 63 n.1).

<sup>15</sup> "...quando se trata de um nome próprio, o que importa é como se apresenta aquilo que ele designa. Isto pode ocorrer das mais diversas maneiras e, para cada uma destas maneiras, a sentença em que este nome próprio ocorre receberá um sentido particular" (2001:20).

Contudo, Frege não levanta a necessidade de uma associação para que DDs expressem seu sentido. Seria estranho que a sentença “O mestre de Alexandre Magno é grego” expressasse um sentido dependendo da associação dos falantes. Parece, simplesmente, que “o mestre de Alexandre Magno” foi introduzido para captar uma maneira como Aristóteles apresenta-se. O fato dos falantes associarem esse sentido a “o mestre de Alexandre Magno” é irrelevante para a contribuição dessa DD para o pensamento expresso por “O mestre de Alexandre Magno é grego”. Contudo, a seqüência de caracteres “o mestre de Alexandre Magno”, a princípio, pode captar diferentes sentidos. Em outra linguagem, essa seqüência de caracteres poderia ter o significado de “o pai de Alexandre Magno” em nossa linguagem. Assim, a DD “o mestre de Alexandre Magno” expressaria mais de um sentido semelhante ao caso dos NPs. Expressões lingüísticas não expressam sentido de forma mágica. Nós captamos sentidos através das mesmas, ou seja, associação é, para Frege, um elemento necessário para que as palavras signifiquem. A diferença entre NPs e DDs seria de nível. Dentro de uma comunidade, a associação do sentido das DDs é, normalmente, a mesma por causa de um padrão público, enquanto isso não ocorre com os NPs. Apesar dessa diferença, a associação é necessária na captação do sentido em ambos os casos. Isso eliminaria o problema levantado, apesar de introduzir um elemento epistêmico na lógica<sup>16</sup>.

Passemos ao próximo problema. Supomos que o sentido associado ao NP “Gödel” é o sentido da DD “o lógico que provou a incompletude da aritmética” por um falante A (supomos que esse é único conhecimento que o falante A possui de Gödel). Tome-se:

- (8) Gödel é o lógico que provou a incompletude da aritmética.
- (9) Gödel é Gödel.

Dado acima o sentido do NP “Gödel”, temos que (8) e (9) expressam o mesmo sentido. Interessante que Frege tenha introduzido o sentido inicialmente para distinguir entre o conteúdo epistêmico de certas sentenças de identidade. Contudo, seus exemplos eram mais apropriados para DDs. No exemplo acima, temos, intuitivamente, uma distinção epistêmica. (9) parece ser um mero caso da lei de identidade, enquanto (8) expressa conhecimento, mas se o sentido de “Gödel” é dado pelo sentido de “o lógico que provou a incompletude da aritmética”,

---

<sup>16</sup> “Epistêmico” não é o mesmo que psicológico. A linguagem, para Frege, constitui uma forma de captar pensamentos. O que é captado por um falante não é uma representação mental, mas um pensamento que é uma entidade objetiva.

então (8) e (9) deveriam ser epistemicamente equivalentes. Contudo, essas sentenças possuem um valor epistêmico distinto. Se duas sentenças expressam sentidos diferentes e como o sentido de uma sentença é determinado pelo sentido de suas partes constituintes, então temos que essa diferença de sentido é explicável a partir de uma diferença de sentido entre suas partes constituintes. No caso do NP “Gödel”, temos que se “Gödel” expressasse o sentido de “o lógico que provou a incompletude da aritmética”, então (8) e (9) expressariam o mesmo sentido. Contudo, essas sentenças não expressam o mesmo sentido. Logo, “Gödel” não expressa o sentido dessa DD, bem como de nenhuma outra DD que o satisfaz já que o mesmo problema ressurgiria. Tomemos outra DD co-referencial ao NP “Gödel”, por exemplo, “o maior lógico do século XX” cujo conteúdo é associado pelo falante B (supomos que esse é o único conhecimento que B possui de Gödel), temos:

(10) Gödel é o maior lógico do século XX.

(11) Gödel é Gödel.

Como no caso anterior temos uma diferença epistêmica entre (10) e (11) que é perdida, caso se identifique o sentido de um NP com o sentido de uma DD qualquer. A meu ver, a teoria de Frege sobre o sentido não é completamente afetada por essa crítica. A noção de sentido possui muitas características.

- a. Sentido é a maneira como o referente se apresenta.
- b. Sentido expressa o valor epistêmico.
- c. Sentido fornece condições de identificação da referência.
- d. O sentido de uma expressão linguística é a sua contribuição para o valor de verdade na sentença em que ocorre.

Para o falante A, o valor cognitivo de (10) é o mesmo de (11). Contudo, a justificação da verdade de (10) não é a mesma da de (11). Claro que para um falante X que não conheça Gödel, o valor cognitivo (ou epistêmico) de (10) não é o mesmo de (11). Através de (10), X conhece algo de Gödel, mas não através de (11). Assim o valor cognitivo não é uma noção que independe do falante. Para o falante A, (10) e (11) possuem o mesmo valor cognitivo. Mas valor cognitivo não esgota a noção de sentido. Se a contribuição de “Gödel” e “o maior lógico do século XX” é a mesma para as sentenças nas quais ocorrem, então (10) e (11) teriam sua verdade justificada da mesma forma e expressariam a mesma proposição. Contudo, a verdade de uma sentença de identidade trivial não é justificável da mesma forma como se justifica (11).

Para efeito de conclusão, listo as seguintes teses fregeanas no que diz respeito aos NPs:

(a) NPs expressam um sentido. Um NP refere-se ao seu portador, contendo o modo como esse se apresenta.

(b) A contribuição que um NP possui na constituição de um pensamento de sentenças, nas quais ocorre, não é identificável com o portador do mesmo.

(c) A referência dos NPs em contextos oblíquos é indireta, sendo essa equivalente ao sentido em contextos extensionais.

(d) O sentido de um NP elucida sua referência, isto é, oferece um critério de identificação da mesma.

(e) O sentido de um NP é descritivo, pois os falantes associam um conteúdo descritivo aos NPs. Como o conteúdo descritivo associado varia de falante para falante, o sentido de um NP qualquer é fluido.

(f) Em uma linguagem logicamente perfeita, um certo conteúdo descritivo é estabelecido como sendo o sentido de um NP.

Uma observação final. Podemos ficar tentados a fazer a seguinte leitura de Frege. Ora, Frege não diz que NPs expressam sentido, mas que aos NPs são associados sentidos de DDs. Logo, NPs não expressam sentido, mas sim as DDs. O sentido de uma certa DD pode ser usado para elucidar a referência do NP em questão, o que não implica que esse seja o sentido do NP. Essa leitura “kripkeana” de Frege permitiria solucionar alguns problemas como os levantados nestas últimas páginas. Contudo, discordo dessa leitura. Frege toma o sentido de um NP como o sentido da DD que o falante associa. Em GE, ele diz que o mesmo NP expressa vários sentidos, o que implica que a mesma sentença expressa vários sentidos<sup>17</sup>. O sentido de uma sentença depende do sentido das partes constituintes. Como o sentido desses varia (no caso dos NPs), o sentido das sentenças nas quais ocorrem um NP é variável de falante para falante. Apesar dessa variação, o NP continua a expressar sentido.

Além disso, se Frege defendesse que NPs possuem apenas referência, ele admitiria que a referência constituiria a contribuição do NP para um pensamento. Frege não entendia como a própria lua poderia fazer parte do pensamento expresso pela sentença (FREGE, 1974:192):

(12) A lua é o satélite natural da terra.

---

<sup>17</sup> “...quando se trata de um nome próprio, o que importa é como se apresenta aquilo que ele designa. Isto pode ocorrer das mais diversas maneiras e, para cada uma destas maneiras, a sentença em que este nome próprio ocorre receberá um sentido particular” (FREGE, 2001:20).

Dentro da concepção fregeana de pensamento como entidade abstrata isso a meu ver é coerente. Não faz sentido dizer que um objeto concreto compõe um pensamento, que possui outra natureza. Por último, Frege era um filósofo de princípios, entre esses estava o de que toda expressão lingüística expressa um sentido e designa uma referência, inclusive todos os termos singulares<sup>18</sup>. Para que sentido e referência fossem identificáveis no caso dos NPs seria necessário uma mudança na concepção de sentido de Frege. Russell e o Wittgenstein do *Tractatus* realizaram uma mudança na concepção de sentido de Frege. Contudo, esse é um problema para outro texto.

## Bibliografia

- BURGE, Tyler. "Sinning against Frege". *Philosophical Review*, v. 88, p. 398-432, 1979.
- CHATEAUBRIAND, Oswaldo. **Logical forms. part 1: truth and description**. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2001 (Coleção CLE, v.34).
- \_\_\_\_\_. **Logical forms. part 2: truth and description**. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2005 (Coleção CLE, v.42).
- DUMMETT, Michael. **Frege: philosophy of language**. Londres: Duckworth, 1973.
- FREGE, Gottlob. **Lógica e filosofia da linguagem**. Paulo Alcoforado (Org. e trad.) São Paulo: Cultrix, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Investigações lógicas e outros ensaios**. Paulo Alcoforado (Org. e trad.) São Paulo: edusp, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Posthumous writings**. Chicago: The University of Chicago Press, 1979.
- \_\_\_\_\_. **Os fundamentos da aritmética** (1884). São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- \_\_\_\_\_. **Wissenschaftlicher Briefwechsel**. Hamburg: Meiner, 1976.
- \_\_\_\_\_. "Begriffsschrift" (1979) in: VAN HEIJNOORT (Org.). **From Frege to Gödel**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1967.
- \_\_\_\_\_. "Sobre sentido e referência" (1892a) in: FREGE, 1978.
- \_\_\_\_\_. "Sobre o conceito e o objeto" (1892b) in: FREGE, 1978.
- \_\_\_\_\_. "Digressões sobre o sentido e a referência" (1895) in: FREGE, 1978.

---

<sup>18</sup> "Um nome próprio (palavra, sinal, combinação de sinais, expressão) exprime seu sentido e designa ou refere-se a sua referência. Por meio de um sinal exprimimos seu sentido e designamos sua referência" (FREGE, 1892a: 66-7).

\_\_\_\_\_. "O pensamento: uma investigação lógica" (1918) in: FREGE, 2001.

\_\_\_\_\_. *Funktion, Begriff, Bedeutung*. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1994.

KRIPKE, Saul. *Naming and necessity* (1972). Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1980.

MCCULLOCH, Gregory. *The game of the name*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

*\*Valdetonio Pereira de Alencar*

Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará – UFC

Professor do ITEP.